

MERCADO DE TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS/ES NO POLO NAVAL DE RIO GRANDE-RS

Francisco E. Beckenkamp Vargas¹

Resumo: Neste trabalho, analisa-se as transformações no mercado de trabalho e nas relações de gênero em um contexto regional de implantação e crise de um grande projeto econômico ligado à indústria naval brasileira, o pólo de Rio Grande-RS. Tal indústria foi implantada visando atender às demandas de produção de petróleo e gás da Petrobrás. Nesse contexto, observou-se um forte crescimento econômico regional, além de uma importante expansão do emprego formal, particularmente no setor industrial, reduto tradicionalmente masculino. O impacto desse crescimento recente não se fez notar apenas na indústria, mas, igualmente, no conjunto do mercado de trabalho local, produzindo uma importante mobilidade ocupacional. Esse setor atravessa hoje um período de crise, marcada, sobretudo, pelo desemprego. Nota-se, ainda, que a participação das mulheres nesse segmento industrial também tem sido significativa, produzindo importantes mudanças na divisão sexual do trabalho. Nesse cenário, práticas de assédio moral e sexual revelam outra faceta das relações de gênero no trabalho, nas quais as mulheres estão submetidas a situações de insegurança e violência. Pretende-se, pois, analisar essas relações sociais tanto a partir de dados quantitativos, que permitam captar as mudanças na participação no mercado de trabalho em termos de gênero, como a partir de dados qualitativos, baseados em entrevistas abertas nas quais homens e mulheres narram suas trajetórias e experiências de trabalho e desemprego.

Palavras-chave: Trabalho. Relações de gênero. Mercado de trabalho. Desemprego. Trajetórias e experiências de trabalho. Desenvolvimento regional.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações em um mercado de trabalho local e seus impactos nas relações de gênero, examinando-se trajetórias, experiências e construções identitárias de trabalhadoras de um grande projeto econômico local, o polo naval de Rio Grande (RS).

Implantado a partir de meados dos anos 2000, o polo naval de Rio Grande é fruto de uma política de descentralização industrial realizado pelo governo brasileiro, visando estimular o mercado interno e a indústria nacional, tendo em vista a necessidade da Petrobrás por embarcações que atendessem às demandas do pré-sal. A implantação desse projeto provocou um enorme impacto econômico e social no município de Rio Grande, dinamizando seu mercado de trabalho local. Um grande número de trabalhadores de fora do estado foram em busca dos novos empregos gerados. Tais empregos exigiam, em geral, algum tipo de qualificação técnica típica desse setor industrial. Como se trata de um setor majoritariamente masculino, a dimensão de gênero destacou-se como aspecto estruturante desse processo de implantação do polo naval, até porque um significativo número de mulheres também foi recrutada e passou a disputar espaços pelas ocupações disponíveis, algumas

¹ Professor associado do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas (RS), Brasil.

delas tipicamente masculinas. Além disso, situações de assédio moral e sexual passaram a fazer parte desse cenário contrastante em termos de gênero, marcado, ao mesmo tempo, por forte mobilidade ocupacional intersetorial, com muitos trabalhadores dos setores de comércio e serviços passando a trabalhar na indústria, atraídos, sobretudo, pelos bons salários.

É este cenário que o presente estudo pretende explorar. Trata-se de analisar os impactos objetivos e subjetivos desse contexto econômico local em profunda transformação, abordando, sobretudo, o modo como se estruturam as experiências de trabalho e as identidades profissionais. Se, por um lado, a precariedade do trabalho apresenta-se como um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro, fomentando entre os trabalhadores e trabalhadoras uma relação instrumental com o trabalho e uma pragmática luta pela sobrevivência, por outro, observa-se fortes identidades profissionais construídas seja em torno de nichos específicos caracterizados pela necessidade de formação profissional, seja em torno de projetos individuais de autonomia e emancipação social, como tem sido no caso das mulheres. Assim, na medida em que novas formas de trabalho e oportunidades profissionais se apresentam nas trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras, como ocorre no caso de Rio Grande, vislumbra-se a possibilidade de explorar seus impactos sobre essas experiências de trabalho. Questiona-se, portanto, em que medida essas transformações alteraram ou alteram as relações de gênero em suas bases materiais, em sua divisão sexual do trabalho. Indaga-se, ainda, de que forma essas transformações afetam a própria experiência subjetiva das trabalhadoras, na medida em que estão em jogo construções identitárias em termos de gênero. O trabalho constitui-se em um fator identitário importante para as mulheres, para além de sua dimensão puramente material, de suporte para a autonomia e independência econômica? Procura-se explorar essas questões neste trabalho examinando-se tanto dados estatísticos que permitem dimensionar as transformações do mercado de trabalho, como dados qualitativos, colhidos a partir de entrevistas abertas, a partir dos quais pretende-se reconstituir as trajetórias e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras.

Parte-se da hipótese de que as relações de gênero sejam fortemente estruturadoras dessas transformações em curso, tanto no sentido de configurar e reconfigurar a divisão sexual do trabalho, como no sentido de constituir e reconstituir, em termos de gênero, novos significados em torno da vida profissional.

Mercado de trabalho, gênero, identidades: aspectos conceituais

O mercado de trabalho apresenta-se, inicialmente, como um espaço social no qual se estabelecem relações de compra e venda da força de trabalho. Historicamente, essa relação se torna possível apenas na medida em que ocorre um processo geral de mercantilização da produção econômica e um processo específico de mercantilização da força de trabalho. Este último processo

supõe, ao mesmo tempo, a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores. Separados de seus meios de produção, esses trabalhadores se veem impelidos a venderem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Lançam-se, pois, as bases da produção capitalista, na qual os empregadores proprietários dos meios de produção pagam aos trabalhadores um valor de troca, um valor de mercado, resultado da relação entre oferta e procura, e não efetivamente o que a força de trabalho produz de riqueza. Esse preço da força de trabalho, cristalizado no salário, expressa, segundo Marx (1983), o valor necessário para a reprodução da força de trabalho, isto é, o tempo necessário para a reposição das energias e capacidade de trabalho do trabalhador e de sua família. Historicamente, a divisão técnica e a simplificação do trabalho tornaram possível reduzir o preço da força de trabalho ao mínimo necessário à subsistência, abrindo caminho para o máximo de exploração possível. Mas, como o trabalho não é necessariamente uma atividade simples e homogênea, abre-se espaço para um processo de hierarquização do trabalho, de complexificação das qualificações e habilidades em seu uso no processo de trabalho, enfim, de variação de seus preços no mercado de trabalho.

A partir dos elementos acima propostos, pode-se presumir que o mercado de trabalho não é um espaço de relações entre sujeitos livres e iguais, como supunham as visões liberais clássicas que Marx (1983) procurava refutar. Por detrás de um contrato entre sujeitos livres escondem-se profundas desigualdades sociais. Primeiramente, desigualdades entre compradores e vendedores da força de trabalho. Nesse sentido, como afirma Offe (1989), a força de trabalho é uma mercadoria fictícia, pois ela não pode ser produzida, disponibilizada, estocada e oferecida como outra mercadoria qualquer. As condições de sua produção ou reprodução depende de condições sociais e culturais mais complexas. A necessidade econômica pode impedir o trabalhador de não vender imediatamente, de prorrogar essa venda em condições de mercado mais favoráveis. Logo, compradores (proprietários dos meios de produção) e vendedores (não proprietários) encontram-se em condições absolutamente assimétricas.

Mas essa assimetria, segundo Offe (1989), não é apenas entre compradores e vendedores, mas entre os próprios vendedores, pois estes estão dotados de recursos diferenciados e são portadores de atributos – adquiridos ou atribuídos – diferencialmente valorizados. As vantagens de alguns grupos se traduz em desvantagem e vulnerabilidade de outros. Nesse sentido, no processo de recrutamento dos trabalhadores entram em cena não apenas atributos estritamente econômicos (adquiridos), como qualificação e escolarização, mas atributos sociais (atribuídos) mais amplos, como ser homem ou melhor, ser jovem, adulto ou idoso, ser branco ou negro, ser estrangeiro ou cidadão, etc..

Enfim, o mercado de trabalho é aqui entendido como um espaço no qual se manifesta um conjunto amplo e complexo de relações sociais, não sendo apenas um espaço de relações econômicas,

de relações de troca entre indivíduos/empresas/grupos que ocupam um lugar na estrutura econômica (condição de classe) e agem racionalmente, visando a maximização dos seus interesses. Logo, coloca-se em xeque a concepção econômica neoclássica segundo a qual a relação entre oferta e demanda tende ao equilíbrio através dos preços. O mercado de trabalho é um espaço atravessado por relações sociais diversas que constituem e hierarquizam as relações de troca, favorecendo ou desfavorecendo diferencialmente seus agentes.

Nesse sentido, as relações sociais de gênero também são constitutivas desse espaço de relações sociais, de tal forma que os atributos de gênero se tornam amplamente utilizados no processo de recrutamento e alocação da força de trabalho no processo de produção. O gênero como construção social, como um conjunto de características, papéis, atribuições e disposições constituem intrinsecamente o mercado de trabalho, sendo um de seus fundamentos propriamente culturais.

O conceito de divisão sexual do trabalho torna-se extremamente útil, por isso, na descrição e análise do mercado de trabalho. Segundo Kergoat e Hirata (2003), a divisão sexual do trabalho e suas relações de gênero, constituem um fenômeno ao mesmo tempo material e simbólico, político e econômico, baseado em dois princípios fundamentais: um princípio de divisão (existem trabalhos de homens e mulheres); e um princípio de hierarquização (o trabalho de homens vale mais que o trabalho de mulheres). O conceito de trabalho, assim, adquire uma importância crucial para pensar as relações de gênero e o próprio mercado de trabalho, pois ele não se reduz a uma atividade econômica na esfera mercantil, mas uma atividade estruturadora da vida social como um todo, devendo-se levar em consideração as atividades reprodutivas na esfera doméstica. A divisão sexual do trabalho é pensada pelas autoras como um fenômeno dinâmico, pois as fronteiras do que é tipicamente masculino e feminino vão se transformando historicamente. Essa transformação, porém, é marcada pela permanência da hierarquia, da subordinação do feminino em relação ao masculino, da valorização do masculino em relação ao feminino. Trata-se, pois, de uma chave teórica importante para apreender as transformações do mercado de trabalho, pois ao mesmo tempo em que são condicionados pela totalidade social e por outras esferas de relações (a esfera doméstica, por exemplo), o trabalho e o mercado de trabalho também contribuem para transformar ou reproduzir as diferenças e hierarquias de gênero, constituindo-se em um espaço de produção e reprodução de desigualdades sociais.

Cabe salientar, finalmente, que essas relações e desigualdades se constituem também ao nível dos sujeitos e de suas subjetividades, os processos identitários sendo também decisivos para compreender a dinâmica geral das relações sociais e das relações de gênero em particular. Evoca-se aqui a noção de identidade proposta por Dubar (2012). Evitando uma concepção essencialista de identidade que remeteria a um pertencimento considerado imutável, o autor filia-se a uma perspectiva nominalista que remeteria a modos e processos de identificação. Identidade, portanto, remete tanto a

um contexto histórico específico como a relações entre sujeitos. Dubar propõe dois tipos de identificação: as identificações atribuídas pelos outros (identidades para outros) e as identificações reivindicadas pelo sujeito (identidades para si) (Dubar, 2012, p. 4). O modo como um sujeito se reconhece ou se identifica pode ser diferente do modo como ele é reconhecido ou identificado pelos outros. Esses modos de identificações precisam ser situados em processos históricos específicos nos quais emergem sistemas de identificação que o autor chama de configurações identitárias. Sua hipótese é de que nas sociedades modernas existe um movimento histórico de passagem de um sistema para outro, mais precisamente de formas comunitárias de identificação para formas societárias. Nas primeiras, as identidades estão organizadas e situadas num sistema de lugares pré-definido, estabelecendo o pertencimento principal dos sujeitos. Trata-se, fundamentalmente, de uma “identidade para o outro”, identificando-se os indivíduos a partir de seu grupo de pertencimento (religião, comunidade, pátria, corporação, etc.). Nas segundas, típicas das sociedades modernas, a existências de múltiplas esferas de atividade e de pertencimento abrem espaço também para múltiplas identificações. Coloca-se, pois, em xeque a existência de uma identidade principal, enfatizando-se o primado dos sujeitos individuais nos processos de definição de suas identidades. Nesse caso, as “identidades para si” adquirem uma relevância maior, colocando-se a possibilidade de ruptura com os modos de identificação dominantes pelos outros. Não se trata, segundo Dubar, de opor identidade coletiva e identidade individual, mas de reconhecer que a identidade social se torna um processo mais problemático e tenso, os indivíduos podendo recorrer a múltiplos pertencimentos, recursos e categorias identitárias para construir seu próprio reconhecimento (por si e pelos outros) no mundo. Essas formas de identificação, comunitárias e societárias, são, afinal de contas, grandes tipos ideais que ajudam o sociólogo a apreender os processos concretos de construção da identidade. Esses processos, finalmente, devem ser apreendidos tanto em sua dimensão relacional (eixo espacial) como em sua dimensão biográfica (eixo biográfico), isto é, a construção identitária, na medida em que não é fixa e imutável, ocorre tanto num espaço de relações específicos como numa temporalidade em permanente transformação.

Sugere-se, pois, neste trabalho, que no curso das transformações do mercado de trabalho, a atividade profissional pode se constituir em um importante fator de construção e transformação das identidades sociais, as relações de gênero sendo constitutivas desses processos identitários e suas mudanças. Trata-se, pois, num primeiro momento, de identificar as transformações ocorridas no mercado de trabalho local para, em seguida, analisar o modo como elas podem afetar as identidades sociais, principalmente de mulheres que passam a ser integradas a novas atividades profissionais. Sugere-se que existem forte tensões e ambiguidades nesse processo, uma forte relação com o trabalho profissional combinando-se com riscos, limites e sofrimentos vividos tipicamente no “feminino”.

O mercado de trabalho do município de Rio Grande (RS) passou por profundas transformações na última década, na esteira das mudanças ocorridas na economia e no mercado de trabalho brasileiros (Vargas & Fabres, 2015). Depois de um longo período de crise econômica e de piora constante dos indicadores de mercado de trabalho, os anos 2000 inauguraram um novo ciclo de expansão econômica, de crescimento do emprego, de redução do desemprego e da informalidade, enfim, de retomada dos investimentos públicos e privados. É nesse contexto que uma nova política de desenvolvimento do setor de óleo e gás, capitaneado pela Petrobrás, promove a descentralização da indústria naval brasileira e seu fortalecimento a partir de uma política de incentivo a produção local. Vários estaleiros são construídos em várias regiões do país e Rio Grande é beneficiada por essa política, na medida em que se trata de uma importante cidade portuária, principal centro de escoamento de produtos agrícolas e industriais do extremo sul do país.

Em 2006, entra em operação o primeiro estaleiro, Honório Bicalho, inaugurando-se a montagem da primeira plataforma petrolífera das várias que sairão dos estaleiros do município. Mais tarde, em 2010, a conclusão do Estaleiro Rio Grande (ERG) marcará a consolidação de um dos maiores estaleiros da América Latina, com capacidade para construir uma série de oito plataformas FPSO encomendadas pela Petrobras para operarem nos campos de exploração do pré-sal. Além dessas plataformas, navios sondas também são encomendados, bem como entra em operação, já em 2014, no município vizinho de São José do Norte, um terceiro estaleiro, o Estaleiro Brasil (EBR), ampliando-se ainda mais a base produtiva local (Vargas & Fabres, 2015).

O impacto desses projetos sobre o mercado de trabalho local foi impressionante. Em 2014, segundo a RAIS/MTb, o setor de construção de embarcações (nota CNAE 2.0) somava 7.479 vínculos formais de emprego (eram apenas 71 em 2006), sem contar os empregos diretos gerados em outros segmentos econômicos importantes da própria indústria de transformação, da construção civil e dos serviços. Durante este mesmo período, a indústria de transformação elevou sua participação no estoque total de empregos formais do município de 15,5%, em 2006, para 24,6%, em 2014. No conjunto do mercado de trabalho, foram criados 21.777 novos vínculos formais de emprego, com uma taxa de crescimento de 62,1%. O estoque anual (em 31/12) passou de 35.093 vínculos, em 2006, para 56.870 vínculos, em 2014, segundo a RAIS.

Como se tratava de um conjunto de atividades industriais novas, não havia força de trabalho local suficiente para as ocupações técnicas disponíveis, o que provocou uma grande mobilidade de trabalhadores de outros estados e regiões do país para Rio Grande. Inúmeros cursos de qualificação profissional foram oferecidos, principalmente para as ocupações mais frequentes como de soldadores, montadores de andaimes, eletricitas, esmerilhadores, etc.. Um grande número de mulheres participou

desses cursos, uma vez que já existia uma preocupação das empresas de abrirem oportunidades de trabalho para elas. No auge da construção naval no Brasil, no ano de 2014, enquanto que a média de participação das mulheres no setor de construção de embarcações era de 10% no conjunto do país, em Rio Grande ela chegava a 17%. Trata-se de um setor masculino, com grande participação dos homens, principalmente no chão de fábrica, nas atividades propriamente manuais, mas que abriu várias oportunidades às mulheres, inclusive em ofícios tipicamente masculinas.

Vale ressaltar que apesar de ser um setor majoritariamente masculino, gerando, portanto, mais oportunidades de trabalho para os homens do que para as mulheres, o impacto conjugado de implantação do setor em nível local e de expansão do emprego no Brasil no mercado de trabalho local foi favorável à integração das mulheres, uma vez que o crescimento do contingente feminino, de 67,7%, ficou acima da média. No entanto, esse crescimento ficou abaixo da média na indústria, onde os melhores postos de trabalho, mais bem remunerados, foram gerados. Enquanto que a taxa de crescimento do total do emprego na indústria de transformação foi de 158% entre 2006 e 2014, entre as mulheres esse crescimento foi de apenas 37,5%. De fato, o crescimento da participação das mulheres ocorreu mais nos serviços, em atividades diretamente relacionadas ao polo naval, mas também em atividades indiretamente impactadas por esse setor, como o comércio. Nesse sentido, a participação relativa das mulheres na indústria de transformação diminuiu no período (de 38% para 20,2%), aumentando, por outro lado, sua participação nos serviços (de 41,9% para 49,9%). Em suma, o número de mulheres no trabalho industrial (indústria de transformação) passou de 2.060, em 2006, para 2.833, em 2014, um crescimento de apenas 773 mulheres. Nos serviços, porém, o estoque de empregos do sexo feminino aumentou em 8.136 vínculos, passando de 11.394, em 2006, para 19.530, em 2014. Apenas 5,6% do total das mulheres do mercado de trabalho de Rio Grande estavam diretamente ligadas ao setor de construção de embarcações, contra XX% dos homens.

Esse dado é importante na medida em que se constata que as médias salariais praticadas nesse setor estão bem acima da média geral. Em 2014, a média geral do mercado de trabalho de Rio Grande, em salários mínimos referentes ao mês de dezembro, era de 3,84 SM, enquanto que para o setor de construção de embarcações era de 6,85 SM. A expansão do setor não beneficia mais os homens apenas quantitativamente, em termos de volume de postos de trabalho disponíveis, mas também beneficia em termos de remuneração. Trata-se, também, de um setor que garante acesso a um conjunto de direitos e benefícios acima das condições médias de mercado, como acesso a plano de saúde, entre outros benefícios.

Dentro do próprio setor, ainda, as desigualdades salariais são bastante pronunciadas. Enquanto que a remuneração média das mulheres corresponde a 61,8% da remuneração masculina no conjunto do mercado de trabalho de Rio Grande, no setor de construção de embarcações essa relação é mais

desfavorável para as mulheres, de apenas 54%. Essa desigualdade é ainda maior nas funções que ocupam o topo da hierarquia profissional, como entre diretores e gerentes. Neste caso, a relação entre as médias femininas e masculinas é de apenas 44,8%. A participação relativa das mulheres nesse grupo (8,9%) também está abaixo da média de participação das mulheres no conjunto do setor (17%). Nas ocupações de nível superior, cuja participação relativa das mulheres aumenta significativamente (26,7%), essa desigualdade salarial é um pouco menos acentuada (relação de 60,5%). Analisando-se a participação de homens e mulheres nessas profissões de nível superior, constata-se uma divisão sexual do trabalho bastante tradicional, as mulheres predominando em profissões tipicamente femininas, tais como nutricionistas, psicólogas, assistentes sociais, secretárias executivas e jornalistas.

A categoria ocupacional de maior participação feminina em relação aos homens, correspondendo a 35,1% do total, é a referente aos serviços administrativos, um segmento tradicionalmente ocupado pelas mulheres. Já a participação das mesmas entre os trabalhadores da produção é de apenas 13,7%, bem abaixo da média. É curioso salientar que as desigualdades salariais no primeiro grupo são mais acentuadas que no segundo, a relação entre as médias femininas em relação às masculinas sendo de 51,1% e 59,3%, respectivamente.

Trajetórias, experiências de trabalho e construção identitária no polo naval

As trajetórias a seguir apresentadas e analisadas foram coletadas a partir de entrevistas semi-estruturadas realizadas com trabalhadoras e trabalhadores do polo que atuavam tanto em atividades administrativas como na produção propriamente dita. Ao todo, já foram realizadas 30 entrevistas², algumas no próprio local de trabalho e outras no Sindicato dos Trabalhadores, no final de 2016 e início de 2017, após onda de demissões ocorridas no polo no final de 2016. O término e a transferência de vários contratos de construção de várias plataformas petrolíferas foram a base dessa crise de desemprego que assolou o setor naval de Rio Grande. As entrevistas ocorreram por ocasião das homologações das rescisões contratuais.

A partir da aplicação de um formulário básico visando obter informações objetivas sobre a situação atual e a trajetória profissional dos entrevistados, bem como dados de perfil individual e situação familiar, as entrevistas desenvolveram-se, em um segundo momento, de maneira mais aberta, visando explorar a relação dos trabalhadores com suas condições profissionais, abrindo-se espaço para explorar, igualmente, segundo a narrativa dos sujeitos, outros aspectos de suas experiências de vida. Na medida em que se procurou compreender o significado do trabalho na construção identitária dos indivíduos, exploraram-se não só os aspectos referentes à mobilidade ocupacional, isto é, as

² No âmbito de um projeto de pesquisa mais amplo sobre trajetórias de trabalhadores no mercado de trabalho local.

diferentes experiências de trabalho vivenciadas pelos entrevistados, seu impacto na relação subjetiva dos mesmos com o trabalho, mas também outras dimensões significativas da experiência extra-trabalho que contribuíssem para melhor esclarecer as construções identitárias. Aspectos referentes às relações de gênero foram particularmente tratadas nessas entrevistas, na medida em que o tema não só tem sido central no recorte teórico deste projeto, mas também devido à importância que ganharam essas questões nesse segmento econômico nos últimos anos. Vale sublinhar, novamente, que as próprias empresas vinham adotando políticas visando integrar as mulheres ao chão de fábrica, especialmente naquelas ocupações mais numerosas e tradicionalmente masculinas. Neste sentido, um expressivo número de mulheres qualificou-se em cursos profissionalizantes realizados em Rio Grande, tendo sido, em seguida, recrutadas para trabalhar no chão de fábrica, o que impactou fortemente suas trajetórias ocupacionais. Apesar das mulheres serem uma pequena minoria nessas ocupações tipicamente masculinas, observou-se um discurso recorrente por parte dos gestores das empresas que justificavam a contratação de mulheres devido às suas habilidades especiais, como a destreza, a minúcia, a atenção. Enfim, justificou-se, com destaque, que as mulheres eram melhores trabalhadoras que os homens, sendo capazes de realizar seu trabalho com mais capricho e qualidade.

A análise preliminar das entrevistas realizadas permite identificar, inicialmente, alguns aspectos significativos em termos de gênero nas trajetórias e experiências das mulheres no trabalho e no mercado de trabalho local. Alguns desses aspectos dessas experiências, positivos ou negativos, podem ser destacados.

Primeiramente, uma parte significativa das mulheres entrevistadas apresentavam trajetórias anteriores bastante instáveis e precárias, em alguns casos também descontínuas. As discontinuidades estavam frequentemente associadas às responsabilidades domésticas e à maternidade, uma dimensão crucial quando se analisa a peculiaridade das trajetórias femininas em termos de relações de gênero. De uma forma geral, a possibilidade de trabalhar no polo naval representava um desejo e mesmo um sonho de muitas dessas mulheres que haviam tido experiências de trabalho e emprego pouco valorizadas, com baixa remuneração, sem reconhecimento e com elevada rotatividade. Vindas de outros setores, comércio e serviços, principalmente, essas mulheres também frequentemente desempenhavam atividades tipicamente femininas, como de empregadas domésticas, atendentes, vendedoras, auxiliares administrativas. Elas nutriam a expectativa de ascender profissionalmente, vendo no polo naval um lugar de oportunidades e reconhecimento. De fato, os relatos mostram que a experiência no polo representou um avanço significativo em suas trajetórias, na medida em que o acesso a um conjunto de direitos e benefícios (plano de saúde, por exemplo, benefício bastante destacado nas entrevistas), bem como a salários mais elevados, provocaram nelas a perspectiva de investimento a longo prazo, colocando-se um sentido em termos de carreira. Neste sentido, o ingresso

no polo naval representou, para muitas dessas mulheres, uma ruptura com a etapa anterior de suas trajetórias, a própria relação com o trabalho transformando-se significativamente. Sugere-se que uma relação mais instrumental com o trabalho ou emprego tenha dado lugar a uma forte relação com o trabalho tanto como ofício, isto é, como atividade dotada de qualificações e habilidades reconhecidas, quanto como atividade portadora de status, isto é, fonte de um conjunto de direitos e proteções. Trata-se, neste caso, nos termos propostos por Dubar, de uma transformação identitária, na medida em que a relação habitual com o trabalho precário cede espaço para uma construção identitária na qual um emprego melhor, mais estável e seguro, portador de direitos e oportunidades, passa a se constituir numa referência identitária. A evidência desse fato aparece justamente nas entrevistas realizadas após um ciclo de demissões, quando boa parte dessas esperanças e expectativas foram por água abaixo para muitos dessas trabalhadoras e trabalhadores. No caso particular de uma das entrevistadas, a demissão foi ressentida como um duro golpe em sua trajetória, mesmo que as expectativas de demissão já pairassem no ar havia algum tempo, tendo em vista a crise da Petrobrás e do setor naval no Brasil. Abatimento, tristeza, uma certa depressão mesmo é ressentida por essa entrevistada que atuava no polo como esmerilhadora e que se julgava uma trabalhadora dedicada e disciplina. Havia muito tempo que ela nutria a esperança de trabalhar como soldadora, esse era seu sonho, o que se tornou impossível com a demissão. A perda do emprego, neste sentido, não foi ressentida como nas demais experiências dela no mercado de trabalho. Ela foi vivida como uma forte frustração, como a interrupção de um projeto, como a impossibilidade de dar seguimento a uma atividade ou ofício na qual vinha investindo não só através dos cursos de qualificação, mas através da própria experiência no chão de fábrica. Enfim, a experiência no polo, para estas mulheres, significou a aquisição de uma identidade profissional colocada em risco pela demissão e pela crise do setor.

Esta mesma trabalhadora mostrou ter construído uma experiência muito fortemente estruturada em termos de gênero, na medida em que seu ofício era percebido como predominantemente masculino. Isto, no entanto, nunca a inibiu. Ao contrário, ao longo de quase três anos de trabalho, essa experiência foi, para ela, motivo de mais investimento e disciplina. Ela dizia sentir-se orgulhosa de fazer bem um ofício masculino, de mostrar que uma mulher podia realizar com competência aquilo que normalmente são os homens que fazem. Sentia-se orgulhosa, enfim, de trabalhar com equipamentos pesados (“é uma arma, uma metralhadora”, dizia ela) e entrar num universo relativamente novo para as mulheres. Ela estava mostrando que as mulheres eram capazes de fazer qualquer trabalho, o que se traduzia em um sentimento positivo em relação a si mesma, de elevada autoestima, de reconhecimento de sua própria competência e habilidade profissional.

Essa experiência profissional altamente positiva era recortada, no entanto, de aspectos ambíguos e contraditórios. Essas ambiguidades e contradições também estavam fortemente



condicionados em termos de gênero, como quando esta mesma entrevistada relata sua relação com os homens e com as oportunidades bloqueadas de trabalho no polo. Desejando trabalhar como soldadora, ela não tinha tido ainda essa oportunidade, o que atribuía, em parte, ao fato de ser mulher. Essa percepção é partilhada por outras mulheres que fizeram relatos semelhantes, alegando haver uma limitação de oportunidades para as mulheres, sem falar no fato de que elas precisavam sempre provar mais veementemente suas competências e habilidades. Definitivamente, ela reconhecia que as mulheres não tinham as mesmas oportunidades que os homens, para elas é tudo sempre mais difícil. Dizia não sofrer discriminação, mas identificava que a prioridade era sempre dos homens: *“não adianta a gente não querem ver isto, mas, sempre vai ter, a prioridade é do homem que cresce lá dentro, porque a mulher é o sexo frágil, não sei o que, mas não tem nada que uma mulher não possa fazer ... eu mesma não acreditava que ia fazer o que fazia lá dentro”* (Entrevistada).

Apesar da oportunidade de construir o sentido de “orgulho profissional” e de uma identidade profissional no interior do polo, é importante ressaltar que o ambiente de trabalho é também um lugar de vivência de riscos e insegurança, uma vez que os trabalhadores produzem em condições perigosas, frequentemente em lugares altos ou confinados, sempre tendo que manter elevada atenção, pois muitos equipamentos e materiais podem, a qualquer momento, provocar acidente. Os relatos de acidentes também são frequentes entre os entrevistados que, no entanto, tendem a negligenciar esses aspectos de segurança face aos aspectos positivos relacionados aos bons salários e direitos e benefícios obtidos com o trabalho.

Finalmente, situações de estresse e assédio moral e sexual também aparecem nos relatos de algumas entrevistadas, denunciando tanto o tratamento ríspido e ofensivo por parte de chefias como o assédio sexual por parte de colegas. O próprio sindicato desenvolveu ações para lidar com esse fato corriqueiro no cotidiano do polo, uma cartilha, por exemplo, tendo sido elaborada e distribuída para fins educativos. Casos de punição de trabalhadores e de demissões também são relatados, o que revela que as empresas, de alguma forma, também têm tentado enfrentar esse delicado problema no mundo de trabalho industrial tipicamente masculino. A existência de entradas e catracas de acesso ao local de trabalho exclusivas para as mulheres refletem essa preocupação. Alguns relatos de algumas mulheres tendem a amenizar essas situações, colocando sobre as próprias mulheres a responsabilidade de lidar com essas situações. Trata-se, neste caso, de uma habilidade específica que as mulheres precisariam desenvolver, uma habilidade relacional no enfrentamento de situações de assédio vividos no ambiente de trabalho, uma dose significativa de tolerância. Outras, no entanto, tendem a ser mais enfáticas e em denunciar esse tipo de situação.

A partir das observações realizadas nesta pesquisa, tanto a partir dos dados estatísticos sobre mercado de trabalho como das entrevistas com as trabalhadoras do polo naval, constata-se que as relações de gênero são fortemente estruturantes das transformações econômicas e sociais ocorridas no mercado de trabalho de Rio Grande (RS).

A análise dos dados estatísticos da RAIS/MTb no período de 2006 a 2014, referentes ao estoque de empregos formais, revelam que a implantação desse importante segmento industrial na economia local reproduziu e deslocou, ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho. A elevada participação masculina no setor naval (construção de embarcações) do município de Rio Grande, é acompanhada de uma participação feminina discreta, ainda que acima da média nacional, sendo estimulada intencionalmente pelos atores locais e justificada a partir de argumentos construídos em torno da divisão sexual tradicional do trabalho. A forte expansão do emprego no referido município de Rio Grande possui, pois, importantes particularidades em termos de gênero, com uma elevada participação masculina no trabalho industrial e uma elevada participação feminina no trabalho em comércio e serviços. Essa divisão não é neutra em termos de benefícios materiais que se revertem para homens e mulheres, uma vez que as médias salariais do setor industrial e, particularmente, do setor naval, são bem mais elevadas que as médias dos setores de comércio e serviços.

Uma divisão sexual do trabalho também é bastante nítida no interior do próprio setor naval, com a participação feminina predominando nas atividades administrativas e nas profissões de nível superior. Nestas últimas, uma nítida divisão sexual do trabalho também é observável, as mulheres concentrando-se em profissões tipicamente femininas. As desigualdades salariais entre homens e mulheres se repetem e se tornam ainda maiores nesse segmento industrial, principalmente nas atividades mais elevadas na hierarquia do trabalho. Quase que invariavelmente, as mulheres recebem remunerações médias inferiores às dos homens, essas desigualdades tendendo a se acentuar nas ocupações que apresentam salários mais elevados.

A análise das trajetórias de algumas trabalhadoras do polo naval de Rio Grande (RS), realizada a partir de entrevistas abertas, revelam, igualmente, que as relações de gênero são estruturantes das condições de vida e trabalho dessas trabalhadoras, uma vez que ser mulher baliza muitas de suas experiências, tais como as situações de assédio moral e sexual no trabalho, as próprias condições de trabalho e de acesso a postos de trabalho e a uma carreira dentro das empresas, a maternidade, enfim, as próprias expectativas e esperanças, bem como as frustrações vividas por essas mulheres no trabalho ou no desemprego.

Neste sentido, vale destacar que muitas dessas mulheres que passaram a trabalhar no polo e que possuíam trajetórias instáveis e erráticas experimentaram um processo significativo de

redefinição de suas identidades profissionais, de reforço do trabalho como um forte suporte identitário, base não apenas da autonomia e independência pessoal, mas de um auto reconhecimento e de um orgulho construídos a partir do pertencimento a um ofício. Se, por um lado, essa transformação identitária, de importante viés de classe, situa-se no âmbito de uma luta histórica mais ampla das mulheres por autonomia e reconhecimento, por outro, ela revela uma semelhança maior na construção das identidades masculina e feminina no que diz respeito ao trabalho. Isto é, o trabalho e a atividade profissional apresentam-se como importantes suportes identitários, o que, hipoteticamente, pode provocar um enfraquecimento de outras esferas da experiência na construção identitária, como é o caso da esfera doméstica para as mulheres. Essas e outras conclusões são ainda provisórias, no contexto de uma investigação que está em andamento.

Referências

- DUBAR, C. *La crise des identités: L'interprétation d'une mutation*. 4e édition. Paris: Seuil, 2012.
- KERGOAT, D. & HIRATA, H. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: Maruani, M. & Hirata, H. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- KERGOAT, D. & HIRATA, H. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: Costa, A. et alii (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OFFE, C. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Vol. I – A Crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- VARGAS, F. & FABRES, A.C. *Mercado de Trabalho e relações de gênero em um contexto de desenvolvimento regional: O caso do polo naval de Rio Grande (RS)*. 39º Encontro Anual da ANPOCS. GT 41 – Trabalho e Ação Sindical na Sociedade Contemporânea. Caxambu: 26 a 30 de outubro de 2015.

Labor market, gender relations and workers' history in the naval hub of Rio Grande-RS

Abstract: In this work, we analyze the changes in the labor market and gender relations in a regional context of implementation and crisis of a great economic project linked to the Brazilian shipbuilding industry: the naval hub in Rio Grande, Rio Grande do Sul. This industry was established to meet Petrobras' needs for oil and gas production. In addition to a strong regional economic growth, a significant expansion of formal employment was also noticed, particularly in the industrial sector, then a traditionally male environment. The impact of such recent growth was not only felt in the manufacturing industry, but also in the local labor market as a whole, resulting in significant occupational mobility. Nowadays, this sector is going through a period of crisis, marked, above all, by unemployment. It is also noticed that the participation of women in this industry has also been important, leading to important changes in the gender division of labor. Against this backdrop, sexual

and moral harassment reveal another aspect of gender relations at work, in which women are subjected to situations of insecurity and violence. Therefore, we intend to analyze these social relations using both quantitative and quality data; the first allow us to understand the changes in participation in the labor market regarding gender, while the latter enable men and women to report their history and experiences of work and unemployment through open interviews.

Keywords: labor and gender relations, labor market, unemployment, work history and experiences, regional development.